

HISTÓRIA, NEOLIBERALISMO E UM NOVO PARADIGMA CIVILIZACIONAL

José Renato Polli

RESUMO

Esta reflexão busca contribuir para a discussão sobre os desdobramentos do capitalismo contemporâneo na vida social mais ampla, especialmente nos países subdesenvolvidos, considerando a necessidade da construção de um novo modelo de sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *história, neoliberalismo, ação política, globalização.*

ABSTRACT

This consideration will try to contribute to the discussion about the development of the contemporary capitalism in a wider social life, especially in under-developed countries, considering the need of creating a new social model.

KEY-WORDS: *history, neoliberalism, political action, globalization.*

Considerações iniciais

A presente reflexão é fruto de três preocupações despertadas a partir de minha atuação docente. A primeira, refere-se à proposta de promover um debate sobre as relações de exploração e dominação engendradas no transcurso da dinâmica capitalista ao longo do século XX, a partir de uma leitura em perspectiva histórica.

Com relação a essa questão, gostaria de contribuir para o debate, colocando em evidência o conceito de história, através de considerações e indicações de leituras. Penso que a preocupação é a de demonstrar as implicações das relações de domínio e exploração nas formas cotidianas de experiência dos sujeitos, enfatizadas nas relações de trabalho.

A segunda preocupação está ligada à construção do modelo dito neoliberal como uma das formas de expansão capitalista no século XX. A questão que me proponho neste item não é a da análise do discurso do "pensamento neoliberal", mas de lançar elementos que contextualizem o seu "incorporar" na prática cotidiana através de estudos que indiquem, em forma de dados concretos, essa incorporação. Esta questão, portanto, está intimamente relacionada à anterior, qual seja, a da necessidade de uma investigação histórica acerca das maneiras como os sujeitos incorporam e reagem aos ditames do neoliberalismo. Tentarei pensá-la

* Licenciado em Filosofia e Pedagogia, Mestre em História Social (PUC-SP) e doutorando em Filosofia da Educação (FE-USP). Professor das Faculdades Padre Anchieta e do Centro Universitário Assunção.

rememorando os aspectos importantes de algumas leituras realizadas.

A última preocupação, desencadeada a partir das anteriores, liga-se ao entendimento sobre o político. A partir da análise do conceito de estado, imaginei ser possível discorrer sobre as possibilidades existentes no político, como formas de reação ao avanço neoliberal. Não se trata também de elencar modelos alternativos, mas de colocar em debate e reflexão o modo como o capitalismo foi se consolidando ao longo do século XX, refletindo sobre questões e conceitos colocados no âmbito do político, como a própria noção de estado e as formas de relação entre diferentes grupos sociais.

1. História como produção cultural

Início minha reflexão, rememorando fatos sobre as condições históricas da Europa no contexto da primeira guerra mundial. Houve um, em específico, que me chamou muito a atenção. Trata-se das condições dos soldados franceses e russos nos embates de guerra, sua percepção sobre o que, de fato, estava ocorrendo. Falo das investidas do capitalismo e das empresas, a despeito da situação de guerra e o medo da reação dos trabalhadores frente à sua tomada de consciência. Aponto uma preocupação em demonstrar os fenômenos “macro” desse episódio, aliados às experiências e percepções dos sujeitos históricos “comuns” envolvidos no mesmo, apontando que os significados atribuídos por uns aos processos gerais da história, são reelaborados, percebidos e vividos por outros sujeitos, de diferentes maneiras, tanto como conformismos, quanto como resistências.

Ao longo da construção das interpretações históricas, muitas delas restringiram-se a um olhar meramente econômico e político das relações entre os sujeitos, relegando o social e o cultural a objetos não analisáveis. Mas o questionamento dessa posição tradicional passou a ser elaborado pelos historiadores da chamada “Nova História”, interessados em entendê-la como “toda atividade humana”, mesmo que restringindo-se às análises das estruturas, como é o caso da historiografia francesa².

Até a primeira metade do século XX, houve uma predominância da história das idéias, responsável em parte por essa restrição no olhar sobre os acontecimentos. A partir da segunda metade do século, o cotidiano da história passa a ser analisado sob diversos ângulos, havendo portanto um redimensionamento nesse olhar, passando-se de uma perspectiva da imutabilidade da história, para a idéia de “construção cultural”, de que a realidade é social e culturalmente constituída³.

O grande ponto de inflexão, nesse caso, é a preocupação com o mundo da experiência cotidiana comum como ponto de partida, tentando demonstrar comportamentos e valores sendo aceitos em uma dada realidade e rejeitados em outra⁴.

² Peter BURKE, Abertura: a nova história, seu passado e futuro, p.11.

³ *ibidem*

⁴ *ibidem*, p.23

No entanto, há que se considerar a existência, mesmo dentro desse espectro de abertura da história - de um modelo tradicional-descritivo para uma história voltada para o cotidiano das experiências -, de diferentes posições. A escola francesa, a partir dos *Annales* até a história das mentalidades, parece ter-se perdido em fragmentações, restringindo-se muito a um olhar “micro” das relações históricas em geral. A escola inglesa, segundo meu ponto de vista, preocupando-se da mesma maneira com o cotidiano da história, procurou não perder de vista o “macro” na história, tentando pensar e relacionar o cotidiano com os grandes acontecimentos históricos. Talvez seja aquilo que Bourdieu mencionava como o reconhecimento de membros de um grupo percebendo “a extensão de sua liberdade individual dentro dos limites estabelecidos pela cultura”⁵.

A historiografia passou a colocar em questão a discussão sobre os fatores materiais, dos recursos físicos, como determinantes dos problemas dos indivíduos, sua adaptação e resposta a esses fatores. A chamada “história vista de baixo”, oposição a uma “história das elites”, passou a se interessar pelo resgate de experiências passadas da massa da população. Sua importância aumenta com o grau de dificuldade subjacente a essa perspectiva, especialmente com relação às fontes de pesquisa.

Uma questão que fica nesse momento, mencionada pelo historiador Peter Burke, refere-se ao lugar em que essa história será alocada, frente a uma permanência histórica indiscutível do domínio das elites. Trata-se de pensar o problema do ajuste dessa “história vista de baixo” a concepções mais amplas da história, com a possibilidade da história social se tornar uma fragmentação permanente, uma leitura despolitizada das relações sociais.

Penso que ao considerar tal leitura como uma possibilidade de análise, será menor o risco de incorrerem num determinismo histórico a partir das leituras “macro”, tratando-se de situar a experiência cotidiana dentro de seu contexto cultural pleno. Trata-se, portanto, da necessidade de um olhar mais apurado em relação aos processos mais amplos e seus desdobramentos na experiência cotidiana dos sujeitos, analisando as muitas formas de domínio e exploração engendradas no seio do capitalismo, “todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão, sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou Marx de *O Capital*, visa a excluir: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e diferença, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo em que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classe peculiares) sua pressão sobre conjunto”.⁶

⁵ *ibidem*, p.34

⁶ E. P. THOMPSON, “O termo ausente: a experiência”, in: *A miséria da teoria*, p.188-189.

Os planos da experiência social, portanto, são muitos. Não se restringem propriamente ao âmbito das relações de trabalho – que possuem um peso considerável na regulação da vida social -, mas a construção de valores vividos surge dentro do estabelecimento do vínculo com a vida material e as relações materiais em que **surtem as nossas percepções**.

A análise histórica, portanto, se faz invertendo as relações presente/passado, para tentar entender os dilemas do momento contemporâneo, politizando-os. Do presente atribuímos significado ao passado, para tentar imaginar um futuro a ser construído – especialmente quando dialogamos pouco sobre os conceitos que utilizamos e crescemos pouco em relação à visão dos processos sociais e políticos -, fazendo da história uma fonte de inspiração e compreensão para um entendimento crítico do presente.⁸

Há que se considerar que a discussão sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores na história é quase sempre negada, por se tratar de uma forma de contestação à ordem estabelecida. Mas quase sempre essa análise histórica perpassa apenas as experiências dos movimentos sindical e operário, restrito muitas vezes às práticas de organização burocráticas de classes trabalhadoras e feitos das lideranças, sendo menos voltada ao cotidiano da experiência dos trabalhadores, em suas múltiplas formas – as transformações e mudanças que experimentam em vários aspectos do viver a dominação burguesa capitalista.⁹

A teoria, não devendo restringir-se à elaboração de um modelo finito, faz sentido como um trabalho de engajamento crítico para a compreensão da realidade, as maneiras pelas quais as questões são construídas e porque certos conceitos se tornam tão presentes. Ao analisar a questão do estado, por exemplo, a idéia de hegemonia ficaria evidenciada devido à sua utilização e “(des)utilização” em função dos interesses dominantes.

Outra questão que deve ser pensada, do ponto de vista metodológico, é como fazer emergir essas experiências históricas cotidianas no âmbito das relações de exploração capitalista. Não quero me alongar nessa questão, mas indico uma fala de Raphael Samuel que me parece importante: “a evidência oral proporciona uma apreciação muito mais realista da empresa capitalista do que se o historiador se utiliza apenas de documentação da firma”.¹⁰ Um importante autor, Mark MAZOWER, apesar de uma abordagem predominantemente descritiva, parece estar atento a essa questão, pois ao iniciar o capítulo que aborda a crise do capitalismo no período posterior ao primeiro conflito mundial, utiliza um relato de uma criança sobre a condição de desempregado do pai.¹¹

⁷ ibidem, p.194.

⁸ Dea FENELON, Trabalho e história social: história de classe ou história do povo ?, p.4-6

⁹ ibidem, p. 20

¹⁰ Raphael SAMUEL, História Local e História Oral, p.223.

¹¹ Mark MAZOWER, Continente sombrio – a Europa do século XX, p.113.

Uma consideração final desta primeira parte é a de que a abordagem histórica utilizada por muitos autores, mesmo que com a intenção de tentar perceber os efeitos cotidianos do capitalismo na vida dos trabalhadores em geral, parece ainda um tanto quanto descritiva e restrita à análise dessas condições gerais. Muitos tratam de explicitar a construção histórica do capitalismo e seus efeitos sobre a vida social mais ampla, numa leitura com viés sociológico e deixam de considerar o aspecto cotidiano das experiências históricas. Talvez porque seus objetivos refiram-se ao analisar o caráter processual das transformações históricas. As contribuições da história social na construção de uma leitura sociológica de mundo poderia ser um caminho interessante, através da leitura de textos específicos abordando o cotidiano das experiências de diferentes trabalhadores em diferentes momentos da história. Assim, as mencionadas “três esferas de produção/reprodução de capacidade de trabalho: escola, família e meio social: novos arranjos”, poderiam ser vistas e analisadas não apenas em função das condições de trabalho, mas a partir das formas como diferentes trabalhadores incorporam/reagem a essa realidade, que importância e significado dão à mesma.

2. Do capitalismo do século XX ao neoliberalismo

Nesta parte, pretendo rememorar aspectos importantes mencionados por diferentes autores, relativos aos mecanismos de construção das perspectivas capitalistas ao longo do século XX, procurando relacioná-los a elementos e dados do presente que ajudem a entender a personificação do chamado “neoliberalismo”.

Pierre Clastres preocupa-se com a discussão sobre a questão do estado, enfocando a luta das chamadas sociedades primitivas - cuja lógica de funcionamento era totalmente diversa das sociedades com estado - contra o aparecimento do estado. Destaca que o estado é uma construção recente, que o discurso sobre o seu papel no espírito da ordem burguesa dos meandros da modernidade, era o de assumir a função de agenciador dos direitos sociais individuais e que esse papel passa a ser redimensionado na medida em que se intensifica o seu uso para os interesses privados da classe burguesa.

No momento presente, o estado está sendo desterritorializado como espaço onde o controle sócio-econômico tem sua primazia, desprivatizado para poder, paradoxalmente, servir como esteio à privatização da vida.

João Bernardo proporciona um entendimento ainda mais ampliado sobre as formas de exploração e domínio ao longo da história, quando discute os conceitos de “*bannum*” e “*mundium*” e a proposição da configuração do estado e das bases em que se apóia o capitalismo num primeiro momento, com os conceitos de “estado restrito” e “estado amplo”.

Quando se discute o contexto europeu do início do século XX, podemos pensar de que maneiras – mesmo no contexto da experiência dos estados totalitários e dos conflitos mundiais - o capitalismo procura estreitar suas relações através do poder das empresas e da produção. MAZOWER, traz várias questões relacionadas

ao presente, como por exemplo a do custo da formação da classe trabalhadora e que situações sociais o maior grau de qualificação profissional em países desenvolvidos da Europa provocou, como a exclusão da mão-de-obra não qualificada. Fundamentalmente, as questões do desenvolvimento econômico e da concepção de educação construídas até aqui, são indicadas como aspectos a analisar sob a ótica do como se percebe o poder político e a dinâmica do capitalismo.

Hoje se tenta analisar como as empresas possuem o poder de definição sobre as políticas do estado, tomando decisões fora do aparelho de estado e se legitimando com o devido respaldo da estrutura política.

DUPAS procura analisar a reestruturação econômica mundial e suas conseqüências para a política de negociação trabalhista, bem como das condições gerais de trabalho em todo o mundo, da intensificação do trabalho complexo nos países desenvolvidos em detrimento ao trabalho simples. A partir deste autor pode-se reforçar a opinião de que o atual processo de globalização, como um processo natural da expansão capitalista, caracteriza-se pela quantidade de transações internacionais, restringindo cada vez mais o papel do estado.

Se em momentos históricos anteriores, as relações entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas dava-se pela lógica da “troca” entre matérias primas e produtos industrializados, numa interdependência reduzida, hoje os laços das nações desenvolvidas com as não desenvolvidas foram restritos e as transações se dão no interior de grandes grupos e entre nações desenvolvidas. A conseqüência primeira é a da existência de um dinamismo econômico maior nos países desenvolvidos e a manutenção dos demais em subdesenvolvimento. O nacional e o poder dos estados passam a ter seu significado reduzido. A tecnologia e a especialização que incidem sobre o trabalho complexo são intensificadas para o desenvolvimento do comércio entre grandes empresas, contribuindo decisivamente para a elaboração de um discurso sobre o social, especialmente com relação aos modelos educativos.

As conseqüências sobre as condições de trabalho são a intensificação de um mercado informal, a flexibilização de direitos trabalhistas, a desvalorização do trabalho simples e o desemprego.

Fica comprovado, a partir da leitura de ANDERSON, que as promessas do capitalismo foram cumpridas apenas em parte, no início do século. Retomando conceitos, percebemos que o estado, ao mesmo tempo em que deveria garantir direito, precisava manter o domínio capitalista. O estado restrito, antes militarizado, controlador do social, tem seu domínio no campo econômico reduzido, sendo que o estado amplo, controlado pelos grandes aglomerados econômicos e financeiros, controla o estado restrito.

O capitalismo, sob essa perspectiva, é visto como um sistema complexo de inter-relações entre unidades de produção, aliado às condições gerais de produção – assumidas cada vez mais pelo setor privado.

Procurarei levantar alguns dados e elementos históricos para tentar comprovar

essa visão, tanto no que se refere às implicações na vida econômica em geral, quanto no cotidiano social, na vida de pessoas comuns.

2.1 Do estado de bem esta social aos ditames do neoliberalismo

Segundo Raphael Samuel, a história das atividades econômicas é freqüentemente vista pela ótica do controle fiscal e das inspetorias, recentemente pela ótica contábil, negligenciando a ótica do trabalhador e muitas vezes, do próprio empresário.¹² Ao mencionar essa questão, recupero a idéia da necessidade de levantar elementos que nos ajudem a perceber as implicações concretas do avanço neoliberal sobre a vida dos cidadãos comuns. Não se trata, pois, de considerar essas implicações apenas sobre as condições de trabalho, porque aí também os trabalhadores poderão permanecer ocultos. Haveria a necessidade, como já têm feito muito bem diversos historiadores brasileiros, de abordar aspectos do cotidiano da vida do trabalhador, como a experiência familiar, a vida nas cidades e também, como os valores anteriores à situação de trabalho – especialmente os que são herdados da família – incidem sobre o modo como os trabalhadores reagem à sua situação de exploração. Nosso objetivo no momento não é especificamente esse.

Creio que seja preciso também termos uma compreensão dos processos mais longos na história, para podermos entender de que maneiras, do ponto de vista macro, os acontecimentos são delineados.

ALTVATER, em seu texto sobre as relações entre as questões colocadas pela globalização com a construção do discurso democrático, nos relata que os preceitos keynesianos tiveram resultado até início dos anos 70 - através da política de bem estar social em alguns países da Europa - quando Milton Friedman, um dos pais do pensamento neoliberal, logrou êxito em sua investida no mundo acadêmico, chegando a obter o prêmio Nobel de economia.

O autor nos fala sobre a fragilização das relações entre o Estado e os horizontes da cidadania no âmbito do atual processo de globalização, um processo de desregulamentação em que as tomadas de decisão passam a se restringir ao nível dos interesses privados, não necessitando mais da legitimação dos cidadãos. As corporações transnacionais passam a influir sobre as decisões governamentais em países em desenvolvimento e o mercado global acaba por se constituir em autoridade política.¹³

PAQUÉ, assegura a visão da qual já falamos, da interdependência maior entre empresas de países desenvolvidos, citando o caso alemão, onde 90% de todas as exportações são realizadas com outros países industrializados. Isso faz com que se perceba o grau de poder das empresas no mundo atual. Fala também da participação irrisória dos países chamados “emergentes” nessas transações comerciais, algo em torno de 1,61%. A concorrência internacional, se desloca para os

¹² Raphael SAMUEL, história local e história oral, p.224.

¹³ Elmar ALTVATER, os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos, p. 119-120.

locais de produção, fazendo com que os países ricos disponibilizem maiores recursos tecnológicos e investimentos na formação da sua mão-de-obra.¹⁴

O que nos interessa, no momento, é ressaltar, como faz o autor, quais são as implicações desse processo sobre as relações de trabalho. Falamos da flexibilização de direitos trabalhistas para um maior aproveitamento dos controladores do mercado mundial, segundo seus interesses e, dos impactos dessa flexibilização na vida do trabalhador, devido à distância entre a força de trabalho qualificada e a menos qualificada. Essa última, vive da ilusão de que sua qualificação proporcionará a inserção no mercado. A redução do emprego e o afetamento por inteiro das estruturas sindicais - relativizando seu poder de defesa das classes trabalhadoras – serão marcas inevitáveis desse processo.¹⁵

Um dado familiar, que nos ajuda a compreender esses resultados da política global sobre a formação da mão-de-obra, é apresentado por Marcio Pochmann, em entrevista à Revista Educação, de março de 2002, que nos revela que no município de São Paulo existem mais desempregados de nível universitário do que analfabetos. O primeiro grupo totaliza 45 mil pessoas, e o segundo, apenas 24 mil.¹⁶ Isso revela que, por mais que o trabalhador pense em sua própria qualificação, em países como o Brasil, o grau de dificuldade de inserção num mercado com mão-de-obra qualificada aumenta. A ilusão se coaduna com a ideologia de que a globalização gera riqueza, cria oportunidades e leva seus frutos à maioria dos excluídos, especialmente sendo capitaneada por Estados nacionais enfraquecidos, que impulsionaram esse processo e que se fundamentam nessa ideologia.¹⁷

Ao contrário, segundo dados da ONU, cerca de 900 milhões de pessoas – uma em cada sete - passam fome e não podem se alimentar devidamente, com uma maioria (95%) de famintos localizada no sul da África, Ásia e Oriente médio. No Brasil, o nível médio de remuneração dos 10% mais pobres se encontra em torno de U\$ 17. Cerca de 80 mil crianças morrem anualmente antes de completar um ano de idade, devido à fome e à desnutrição. Temos, segundo o Banco Mundial, cerca de 15 milhões de miseráveis, pessoas que vivem com renda inferior a um dólar por dia e 22 milhões de indigentes. Esses números, o do montante de miseráveis no Brasil, são contestados pelo Instituto da cidadania (44 milhões) e pelo Centro de políticas sociais da FGV (50 milhões).¹⁸

Mas que processos históricos anteriores levaram a essa situação? Se os operários eram vistos, já desde o início do século XX, como meras mercadorias e tentavam, à sua maneira, reagir aos mecanismos da exploração capitalista, às oscilações do mercado, os mecanismos da política iam se consolidando em modelos que reafirmavam essa tensão. Por um lado, os regimes totalitários e por outro a

¹⁴ Karl-Heinz PAQUÉ, O trabalho em extinção ? Saídas para superar o desemprego, p.25-31.

¹⁵ *ibidem*

¹⁶ Revista Educação, entrevista com Márcio Pochmann, março de 2002, p.7

¹⁷ Manuel CASTELLS, Necessidade de representação, folha de SP, caderno mais, p.13, 27.01.2002.

¹⁸ Folha de São Paulo, Caderno Mundo, p. A23, 09.06.2002.

social-democracia. Hoje, segundo Boaventura SOUSA SANTOS, o neoliberalismo tenta exorcizar o passado, inclusive através da suposta esquerda européia, para tornar-se espectro de si mesmo, combatendo os extremismos de direita. O autor indica que os mais afetados pelas promessas não cumpridas da social-democracia – os jovens trabalhadores afetados pela precarização da relação salarial – se sentem perdidos no contexto desse “novo” espectro.¹⁹

Fala de um neofacismo econômico, neoliberal, devido à perda da capacidade das democracias em redistribuir riquezas. Um regime social e um sistema de relações sociais muito desiguais, frente à uma democracia desarmada. Pensa-se em exorcizar esse espectro a partir da continuidade da exploração de uns sobre outros, dos países ricos em relação aos pobres, dos grandes conglomerados industriais internacionais reduzindo as chances das nações “emergentes”. Dessa forma, diz o autor, o neoliberalismo arroga-se formulador da solução para exorcizar um problema que ele próprio constituiu.²⁰

Entre as estratégias dessa solução estaria a desregulamentação dos mercados financeiro, de produtos e do trabalho, com forma de acesso ao desenvolvimento econômico e à ampliação dos postos de trabalho. Mas permanece um entendimento de que a economia mundial encontra-se estruturada nas relações entre centro e periferia.

Os paladinos da “pós-modernidade neoliberal” desconhecem as verdadeiras condições dos trabalhadores. Cito um trecho emocionante da vida de Simone Weil, que se dispôs a viver a condição operária: “Olha para mim diante de um enorme fogo que cospe labaredas para fora, bafos de brasa direto no meu rosto. Fogo saindo por cinco ou seis buracos na base do forno. Eu bem na frente para pôr lá dentro cerca de trinta bobinas grossas de cobre que uma operária italiana, de fisionomia corajosa e franca, vai fazendo a meu lado; as tais bobinas são para os bondes e os metrô. Preciso prestar bastante atenção para que nenhuma delas caia num dos buracos, senão vai se fundir; para isso é preciso ficar bem na frente do forno e nunca sem o sopro ardente no meu rosto, nem a dor do fogo no braço (ainda tenho as marcas) devem produzir um movimento falso”.²¹

Guardadas as devidas proporções históricas dos diferentes contextos - do atual momento com relação ao desse relato – há que se considerar a extrema insensibilidade do capitalismo para com as condições dos operários, tratados ainda, como dizia Marx no Manifesto Comunista, como meras mercadorias, ao bel prazer dos delírios teóricos dos formuladores de políticas econômicas. Ignoram-se o sono noturno perturbado pela fome, o ritmo forçado na produção de peças, a cadência cansativa e extenuante das horas extras, os ferimentos e mutilações, as dificuldades de transporte, a insônia, os delírios neuróticos, a perda da razão, o preconceito gerado pela idade, as ordens ríspidas que devem ser obedecidas, os esforços físi-

¹⁹ Boaventura SOUSA SANTOS, O novo espectro, Folha de SP, Opinião, 05.05.2002.

²⁰ *ibidem*

²¹ Ecléa BOSI, Simone Weil, p.40.

cos exigidos pela produção, a indignação muda, o calor e o frio, as condições de moradia o barulho das máquinas as doenças.²²

Caberia agora tentar perceber de que maneiras essas condições cotidianas são construídas na experiência social mais ampla em nosso país, levantando elementos que nos ajudem a pensá-las.

2.2 Os impactos do neoliberalismo na América Latina e no Brasil

Conforme afirma Emir Sader, depois de fluir em ciclo de maior expansão após a segunda guerra mundial, o capitalismo internacional ingressou em um novo ciclo recessivo a partir dos anos 70, que vem se prolongando até hoje. Há sinais de diminuição de sua expansão entre os anos 80 e 90 e uma das constatações que pode ser feita é que quanto mais regulamentado, menos liberal, o capitalismo cresce mais, com maior equilíbrio de forças, ao contrário do momento presente.²³

Criando uma cisão profunda entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, o capitalismo vê suas forças sendo minadas em decorrência de uma “crise mundial”. Os números revelam que os países de alta renda (16% da população mundial) representavam no início dos anos 80, 73% do PIB mundial e no final dos anos 90, já concentravam 80% (só o G7 detendo 61 e 66% respectivamente em cada período). Houve um aumento, no mesmo período, na renda per capita nos países ricos, de cerca de 22% e uma diminuição nos países pobres, de 15%. Cerca de 60% da população mundial baixou seu nível de vida nesse período.²⁴

Outro dado é a concentração do poder empresarial, sendo que as 200 maiores empresas globais tiveram uma elevação do controle econômico de 24% para 33%, entre 1982 e 1997. Segundo alguns analistas, o atual sistema de fusões seria um sintoma de crise e não de euforia, uma demonstração da luta para saber quem sobrevive no mercado. Hoje, além dessas empresas, se for considerado o conjunto das empresas transnacionais (cerca de 35 mil), o controle total da economia chegaria à casa de 65% do mercado mundial. A quase totalidade dessas empresas possui matriz nos países centrais do capitalismo.²⁵

Por conseqüência, as desigualdades se acentuam, o empobrecimento maior se dá nos países chamados de “periféricos”, embora ele também atinja em parte os países desenvolvidos. O Estado se debilita e a administração pública vai sendo substituída pelas formas distintas de privatização, com um crescente endividamento, forçado pela sua financeirização e pelo desemprego, além de outros fatores. Assim, o estado reforça os processos de privatização e reproduz os interesses do capital. Entre 1988 e 2001, a dívida pública interna brasileira passou de 388,7 bilhões para 660,9 bilhões. O PIB, em contrapartida teve um crescimento muito mo-

²² ibidem

²³ Emir SADER, Um capitalismo parasitário, p.1.

²⁴ ibidem, p.2

²⁵ ibidem, p.2

desto, sendo que para um aumento de 20,7%, a dívida aumentou 70%. Em janeiro de 2002, estimava-se que essa dívida equivaleria a 55% do PIB.²⁶

Se levarmos em conta ainda os números da economia e os indicadores sociais dos últimos oito anos, do início do plano real até o presente momento, veremos que houve um crescimento econômico igual ao da década de 80, considerada a década perdida, ou seja, apenas 2,4%. O país perdeu para o México o que seria sua supremacia na América Latina. Segundo dados do Banco Central, nosso PIB hoje é menor do que em 1994, início do plano real. A dívida externa duplicou e o endividamento fiscal veio na mesma proporção do pagamento de juros altos para manter a moeda. Do ponto de vista social, temos a questão do desemprego e da manutenção das desigualdades. Se em 1994 havia 824 mil trabalhadores desempregados nas 10 maiores regiões metropolitanas do país, hoje há 1,253 milhão e o trabalhador que levava 16 semanas para conseguir um emprego, agora leva 32. Segundo o IBGE, houve também uma visível diminuição da renda dos trabalhadores e a manutenção da participação das classes na renda nacional, sendo que os 11% mais ricos detém 60% da renda. A condição de fragilidade da economia brasileira, ou seja, das empresas brasileiras na economia mundial, pode ser comprovada pelo tipo de relações comerciais travadas com países como os EUA, por exemplo. Enquanto esse país taxa em até 43% produtos brasileiros de exportação, aqui a taxa é de cerca de 15% para produtos de empresas americanas.²⁷

A formação de uma Área de Livre Comércio das Américas, que começou a ser traçada em 1994, com a "I Cúpula das Américas", que reuniu 34 países, fez com que uma pressão para a quebra de barreiras comerciais entre os países da América fosse iniciada, para que se permita uma livre circulação de produtos e serviços pelo continente, sem restrições ou impostos, o que geraria uma riqueza de cerca de 9 trilhões de dólares, maior até que a gerada na União Européia. Alguns analistas defendem que a pressão americana para a implantação da ALCA se deve às pressões vindas da União Européia e do Sudeste Asiático.²⁸

Entre as prováveis conseqüências da implementação da ALCA, estão o fortalecimento ainda maior do poder das empresas transnacionais, o aumento do desemprego e redução de salários diretos, a privatização dos setores públicos ainda não privatizados e das estatais, o controle tecnológico acentuado e a perda do controle energético, entre outras.

Na vida cotidiana os impactos são ainda mais cruéis, como por exemplo, o aumento do índice de suicídio entre jovens na Argentina, onde cinco suicídios semanais são registrados.²⁹

No Brasil, uma massa rural vagueia pelos campos em busca de terra e trabalho, o operariado luta de diversas formas para manter-se no emprego, reagindo ao

²⁶ Jornal do Economista, CRE, 2.^a região-SP, no.156, fevereiro de 2002.

²⁷ Informativo da CONTEE, ano 4, no. 33, fevereiro de 2002.

²⁸ ibidem

²⁹ Folha de São Paulo, A28, 08.06.2002.

seu modo frente os controles estabelecidos e às limitações de sua condição de cidadão, especialmente diante de uma intensa fragilização das lutas sociais coletivas e de um momento de certo refluxo das mesmas. Há que se pensar em possibilidades, se realmente elas existem, ou temos pela frente um quadro de impossibilidades que nos aprisiona a todos.

3. Ação política: redefinir para e construir um novo paradigma civilizacional

Segundo BACZKO, o surgimento das democracias proporcionou, no âmbito das assembleias, um confronto de rivais que visam tanto o poder efetivo como o controle dos símbolos. Com o advento dos ideais socialistas, a ordem capitalista viu colocada pela classe operária, a ligação entre o imaginário social e os interesses e reivindicações de grupos antagonistas. Para uns, esses novos sonhos seriam como outras tantas antecipações do futuro, para outros, como quimeras perigosas para a ordem social devido à sua incontestável força de sedução.³⁰

O imaginário social, portanto, seria uma das forças reguladoras da vida coletiva, definindo de forma mais ou menos precisa, os meios inteligíveis das relações dos indivíduos com ela, com as divisões internas e as instituições sociais.

Segundo o autor, é no centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisaria imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder, controlar o arbítrio para reivindicar uma legitimidade.³¹

Indagamo-nos sobre a possibilidade de repensar a estrutura de poder criada pelo capitalismo ao longo do último século, para poder controlá-la, buscando um poder mais legítimo. Ou, ao contrário, se os imperativos ao respeito e à obediência cega a essa ordem seriam por demais determinantes. Não estaria havendo um controle do imaginário social a tal ponto de a sua reprodução assegurar, de diversas maneiras, uma influência sobre comportamentos e ações individuais ou coletivas? Os resultados práticos almejados pelo capitalismo, canalizando energias e orientando expectativas não estariam sendo alcançados ?

Poderíamos falar em crise do capitalismo, ou no fim desse horizonte civilizacional? Haveria a possibilidade de construção de um outro modelo de civilização ?

Vários autores têm falado na necessidade de alimentar, dar credibilidade às alternativas de civilização, elencando algumas que julgam estar em curso. As lutas da esquerda, segundo alguns, como Boaventura SOUSA SANTOS, estão sendo pensadas a partir da compatibilidade com o capitalismo. Talvez seja esse todo o quadro da chamada esquerda europeia e também no Brasil.³²

A própria noção do papel do Estado, ainda que a ele se pretenda dar um caráter mais participativo e democrático, resvala no quadro mais amplo das restrições impostas pelo capitalismo. É o caso do modelo do orçamento participativo, por

³⁰ Bronislaw BACZKO, *Imaginação Social*, p. 300-3-2.

³¹ *Ibidem*, p.309-310.

³² Entrevista para a revista *Teoria e Debate*, jun-ago/2001, p.31.

exemplo, que gera uma sensação de conquistas intermináveis, uma política de resultados, que não é negativa em si mesmo, mas que restringe-se ao âmbito da cidadania urbana.

As esquerdas esqueceram-se da necessidade de ampliar o outro lado da luta política, com uma nova concepção de movimento social. Caberia analisar, então, que elementos do social deveriam estar sendo reavaliados, quais seriam as forças existentes no social que dariam consistência às lutas mais amplas contra o capitalismo, através desses movimentos.

SOSA SANTOS defende a teoria das seis áreas, que seriam fundamentais para a construção de um pensamento emancipatório: **a democracia** – que ele diz ser incompatível com o capitalismo-; **os sistemas alternativos de produção** – sistemas cooperativistas não capitalistas e os sistemas alternativos de comércio com salários justos, condições ambientais dignas e liberdade sindical; **o multiculturalismo e cidadania multicultural**; **a biodiversidade**; **o novo internacionalismo operário e a questão da comunicação e da informação** – lutas por meios de comunicação alternativos.³³

Segundo o sociólogo português, seria necessário reavaliar o papel do estado, lutando para que ele deixe de ser – daí sua importância, ainda – um estado de providência das empresas.

Se a política deixou de ser feita pelas instituições e governos e passou a ser feita pelas grandes empresas, mesmo havendo governos que buscam, que tentam legitimar a ordem capitalista e agir segundo esse espectro, há também a possibilidade de movimentos independentes, que discutem de forma ampla, por exemplo, causas humanitárias. Mas, o poder sobre a esfera da produção e do trabalho e a vida das pessoas, está potencializado nas mãos de algumas empresas. Há que se pensar, como dizia Milton SANTOS, mesmo que esse exercício não seja facilitado pelas formas de institucionalização da vida, nessas formas alternativas de ação política. Diz ele que a consciência está em gestação, silenciosa, nem sempre perceptível, com uma produção política paralela às atividades de partidos e instituições.³⁴

Mas, como identificar essas forças ? Qual a consistência das mesmas ?

Se devemos estar atentos e pensar alternativas para resistir eficazmente, como não ceder, como dizia BOURDIEU, a conceitos medíocres como “globalização”, “flexibilização”, “multiculturalismo”, “comunidade”, “fragmentação”, que acompanham a implementação das políticas neoliberais de destruição do estado e suas conquistas históricas e, que permitem o discurso da inexorabilidade histórica desse modelo? Por que estaríamos reduzindo a política à ética, como uma fragmentação da consciência nos sujeitos individuais, grandes responsáveis – segundo essa tendência – pelo “sucesso” da vida pessoal e coletiva”, mas ao mesmo tempo produtora de uma pobreza cultural, simbólica e econômica?³⁵

³³ ibidem, p.31-33

³⁴ Entrevista à folha de SP, 08.01.2001., p. A28.

³⁵ Pierre BOURDIEU e Loïc WACQUANT, A redução da política, folha de SP, caderno mais, 03.02.2002, p.17

Se o poder foi deslocado, pela primeira vez, para atender aos objetivos do controle capitalista via empresas, como diz BRUNO, através de “uma definição de objetivos globais, de organização de instituições em escala mundial, de difusão de valores, de hábitos de consumo (superando tradições e culturas locais), de normas sociais e mecanismos de controle da ação coletiva, que não decorrem do estado tradicional, mas de uma estrutura de poder comandada pelos maiores grupos econômicos”³⁶, não poderia estar sendo construído um deslocamento para outra direção? Ou essa estrutura de poder é “muitíssimo mais ampla, totalitária e totalizante”³⁷ a ponto de não permitir tal deslocamento?

Estaríamos falando de uma cultura dominante? Haveria uma cultura “popular” autêntica a ser recuperada? Creio que não, não há cultura autônoma a ser procurada fora do campo de forças da relação poder/dominação. Seria ingenuidade demais pensar a transformação social a partir de ideários pré-concebidos, sem mergulhar no cotidiano da experiência social dos sujeitos, para perceber como as relações entre grupos se estabelecem. Para perceber também as contradições de classe, devemos abandonar concepções simplistas de “manipulação”, para conseguirmos evidenciar as desigualdades de posições, propósitos e valores. Só assim poderemos lidar, nesse campo de batalhas onde as lutas se estabelecem.

Não poderemos mais recorrer apenas às lutas estabelecidas por partidos, pois como sabemos, as investidas “classistas” de alguns deles perderam a força pela intensa burocratização interna, muitas vezes pela perda do caráter ideológico original, pela falta de abertura aos movimentos sociais. A burocracia sindical também se perdeu em um mar de necessidades imediatas, como a luta por salários no âmbito das relações capitalistas, que passam a ser legitimadas por essa maneira de agir.

Quais seriam os meios pelos quais poderíamos imaginar novas formas de reação ao capitalismo, considerando as que já existem – múltiplas formas de movimento, organizações não-governamentais, reações mais ou menos organizadas em todo mundo, fóruns sociais, etc?

Se o capitalismo engendrou diversas maneiras de controle, higienização, racionalização técnica, como perceber mecanismos de resistência a esses controles? Não deveríamos nos debruçar sobre os significados que estariam dando definição às lutas coletivas, os valores e objetivos práticos que dão sentido a essas lutas? Não deveríamos buscar outro significado, nas problemáticas cotidianas experimentadas por diferentes sujeitos, interesses em conflito no campo de forças e nas ambigüidades experimentadas no seio das relações capitalistas?

Não caberia uma busca de entendimento do como se constitui o social?

As classes sociais não poderiam ser definidas a partir da idéia do que dá forma aos relacionamentos entre pessoas ao longo do tempo, buscando perceber as interações entre a experiência dos sujeitos e sua consciência sobre a mesma?

³⁶ Lucia BRUNO, Reestruturação capitalista e Estado Nacional, p.38.

³⁷ ibidem, p.40.

Analisar as formas de ação e interação dos grupos existentes não contribuiria para a compreensão dos significados atribuídos à experiência e às formas de reação aos relacionamentos mais amplos? Não haveria uma gama significativa de formas de ação coletiva a considerar na formulação de alternativas ao quadro social em que vivemos? Não teríamos que discernir sobre os motivos pelos quais alguns participam dessas lutas, enquanto outros apenas oferecem aprovação? Não deveríamos investigar porque, entre os trabalhadores, alguns se inclinam mais ao **engajamento e outros não?**

Estaríamos assim superestimando a capacidade das elites de impor uma hegemonia cultural? Ou superestimando a capacidade das classes inferiores de limitar e resistir às imposições do capitalismo?

Retomando idéias da primeira parte desta reflexão, não deveríamos buscar uma compreensão mais alargada nas mudanças históricas ocorridas na alocação do poder e, ao mesmo tempo, uma percepção e identificação dos processos subjacentes a essas mudanças? Não deveríamos levar em consideração a visão de mundo da "gente modesta"?³⁹

Ao analisarmos, por exemplo, a estratégia muito utilizada por empresas em um passado não tão distante, de construir vilas operárias no entorno das fábricas, deveríamos olhá-la apenas sob o prisma do controle intencionado? Ou haveria aí um campo histórico rico e fértil de análise das formas de convívio, elaboração de experiências e modos de vida? Ao pensar as lutas mais gerais contra o capitalismo, levamos isso em consideração? A constituição da classe operária enquanto tal, está dada apenas externamente nas transformações operadas pelo capitalismo, ou também devem ser consideradas as disposições culturais dos sujeitos em questão? A sua condição de classe fica apenas deduzida filosoficamente, como fruto das tendências do modo de produção capitalista, ou deve ser analisada a partir das múltiplas formas do seu "fazer-se" cotidiano, sua cultura, pensamento e prática? As classes operárias não estariam sendo descaracterizadas apenas como "classes exploradas", ou "classes revolucionárias"? Não haveria nelas uma identidade própria, uma cultura própria? Seria essa consciência o que falta às articulações em curso para a construção de alternativas ao capitalismo?⁴⁰

Creio que durante muito tempo atribuiu-se às classes subalternas uma passividade e adequação aos fatos, uma subordinação incondicional aos produtos culturais das classes dominantes. Desconsiderou-se que, no âmbito das relações mais gerais entre exploradores e explorados, os últimos produzem com uma certa autonomia de valores e de cultura, não totalmente controlada pelos exploradores. Na verdade, pode-se dizer que existe uma influência recíproca entre as culturas das classes subalternas e a cultura dominante.

³⁸ Lynn HUNT, A nova história cultural, p. 69-73.

³⁹ *Ibidem*

⁴⁰ José Sérgio Leite LOPES, Anotações em torno do tema das condições de vida na literatura sobre a classe operária, p.28-51.

Trata-se, portanto, de precisar os modos como essa influência se constitui, para daí depreender mecanismos que nos auxiliem na elaboração de alternativas de convivibilidade para além dos limites interpostos pelo capitalismo.⁴¹

Um esforço para perceber melhor o longo processo de moralização dos trabalhadores, sua desmoralização, muitas vezes longe das leis e depois através dos aparatos repressivos. Mas temos a compreensão de que, não há uma autonomia a ser procurada, fora do campo de forças da relação poder/dominação, que as contradições devem ser analisadas a partir daí, tanto as assimilações da cultura dominante, quanto às resistências à mesma.⁴²

Ampliando a produção do discurso, teremos mais condições para combater ideologicamente as propostas que facilitam o avanço neoliberal, inclusive aquelas não tão visíveis; não cedendo à fala do fim das utopias, que busca ocultar adesões tácitas ao capital. A sala de aula torna-se espaço importante para colocar em questão que a escola pode ser ao mesmo tempo o local onde se reproduzem as relações macropolíticas, como também onde as mudanças podem ser, em alguma medida, engendradas. Assim, não cederíamos ao fatalismo puro e simples, nem à ingenuidade do tudo poder transformar.

A necessidade de organização para o combate aos interesses do capital está posta, repensando o político e a organização social, visualizando os espaços privilegiados para permitir a construção de novas forças de oposição e resistência.

O Fórum Social Mundial, realizado recentemente - que contou com a participação de mais de 50 mil pessoas, representando diversos segmentos no mundo todo, que tentam elaborar propostas às investidas neoliberais -, parece ser um desses mecanismos de organização. Ali foram discutidas a produção e distribuição de riquezas, o acesso a essa riqueza, a afirmação da sociedade civil e dos espaços políticos de luta e a questão do poder político. Imagina-se a possibilidade de articulação da resistência geral ao neoliberalismo através de eventos como esse, que consistiria numa forma de elaboração de alternativas estratégicas. Mas as divisões internas são visíveis no evento, num embate entre posições que defendem uma reforma capitalista para promover uma globalização de face humana e outra, que defende uma revolução de cunho socialista. Há que se considerar muitas interpretações sobre essas duas tendências maiores.

De qualquer forma, essa iniciativa reforça a opinião registrada por ALTVATER, de que os processos democráticos mudam a organização da sociedade civil, que falam diretamente sem se apoiar em partidos, discursando entre o mercado e o Estado, fugindo ao controle destes.⁴³

Há também um crescimento nas formas econômicas alternativas orientadas para introduzir relações de cooperação e solidariedade, como é o caso da econo-

⁴¹ D. FENELON, Trabalho e História social: história de classes ou história do povo?

⁴² *ibidem*

⁴³ Elmar ALTVATER, Os desafios da globalização e da crise ecológica, p.136.

mia solidária, enfatizando a organização de associações de moradores, numa economia de base popular. Alguns dizem tratar-se da construção de uma crítica à visão determinista e produtivista da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção.⁴⁴

Assim, a dominação global de estados fortes via empresas transnacionais poderia ser reconsiderada, pois como afirma Hobsbawn: “nenhum império jamais foi grande, rico ou poderoso o suficiente para manter a hegemonia sobre o mundo político...”⁴⁵

Apropriar-se dos elementos constitutivos dos discursos em favor do atual processo de globalização e desmistificar o seu sentido é uma das tarefas elementares atualmente. Ele é apresentado, segundo CHOMSKY, como uma integração internacional que independe de suas conseqüências, sejam boas ou más”. Grupos econômicos internacionais restringem a terminologia, entendendo esse processo como “um benefício do poder privado e do fluxo livre de capital, que impede a ação do Estado em benefício dos povos e que produz desemprego ao mesmo tempo que aumenta as tarifas de serviços privatizados.” A partir dessa definição, os que se opõem a ela são chamados de “antiglobalizantes”, “primitivistas”. O pensador destaca o imenso papel da propaganda na divulgação dessa ideologia, fazendo com que muitas das vítimas desse processo, o aceitem.⁴⁶

Parafraseando BOSI, em referência à uma fala de Platão, “a sociedade é a fera, o grande animal, a máquina opressiva.” É preciso desconfiar das grandes organizações, do mito do progresso, do Estado.⁴⁷

Considerações finais

Tendo considerado importante acentuar as contribuições da História Social para as análises relativas ao desenvolvimento do capitalismo, procurei indicar que uma compreensão mais alargada do modo como hoje se constitui o chamado neoliberalismo e das possibilidades de ação política que fugissem aos modelos tradicionais de ação - via partidos e sindicatos-, depende muito da percepção das formas de compreensão cotidianas que os trabalhadores engendram em sua experiência de vida em sociedade.

Entendendo a história, portanto, como toda produção cultural que é forjada no âmbito das relações de dominação e exploração, por diferentes sujeitos e a partir de seus interesses específicos, tentei apontar a necessidade de estudos sobre a realidade cotidiana dos trabalhadores no âmbito dessas relações. Os modos de vida dos sujeitos que compõem a chamada “história vista de baixo”, segundo meu ponto de vista, seriam a base de compreensão das incorporações e resistências

⁴⁴ Franklin COELHO, Economia solidária, ampliando o debate, p.34-35.

⁴⁵ Erick HOBBSAWN, A epidemia da guerra, folha de SP, caderno Mais, 14.04.2002, p 6-10.

⁴⁶ Noam CHOMSKY, entrevista para a revista Educação, março/2002, p.50

⁴⁷ Ecléa BOSI, Simone Weil, p.57-58.

aos ditames do capitalismo, além de uma referência mais concreta para pensar as formas de luta mais gerais a esse modelo.

Procurei considerar os aspectos elementares das análises referentes às relações de trabalho no mundo atual e referendar minha hipótese - da necessidade de um olhar mais apurado para a realidade cotidiana - a partir de autores que defendem a perspectiva da História Social.

Tentei demonstrar, em linhas gerais, as características fundamentais do pensamento e da ação neoliberal na atual realidade mundial e brasileira, agregando dados que dimensionam as investidas do capital internacional em sua lógica de concentração de poderes, os conseqüentes afetamentos dessa lógica nas relações de trabalho, na concepção de poder e de sociedade, utilizando-me da fala de autores diversos.

Por fim, procurei elencar uma série de indagações relativas às possibilidades da construção de alternativas políticas de resistência ao modelo neoliberal, imaginando que há uma dificuldade incomensurável de uma articulação maior que englobe essas alternativas. No entanto, aponte que há tarefas por realizar, mormente a da revisão de nossos conceitos e práticas, sem a qual, continuaremos num discurso infundável, antiglobalizante e antineoliberal, que em si mesmo não terá a devida consistência e força para desestabilizar, como num passe de mágica, a ordem capitalista.

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. D. *Depende do ângulo*. Entrevista com Noam CHOMSKY. São Paulo: Revista Educação, p.50.
- ALTVATER, Elmar. *Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos*. In: A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. (Vários autores). Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *As promessas do Estado-Nação para o início do século*. In: A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o Século XXI. (Vários autores). Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ARBEX JR., José. *O Fórum da virada*. Jornal do SINPRO-Campinas. Jun/2002, p.9.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: enciclopédia Einaudi, no. 5, anthropos-homem. Lisboa: Imprensa nacional, casa da moeda, 1985.

- BERNARDO, João. *A legitimidade democrática do fascismo*. In: Revista Malasartes, no.8. Coimbra:1982.
- BOURDIEAU, P. e WACQUANT, L. *A redução da política* São Paulo: Folha de SP, Caderno Mais, 03.02.2002, p.17.
- BOSI, Ecléa. *Simone Weil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRUNO, Lúcia. *Reestruturação capitalista e Estado Nacional*. In: Política e trabalho na escola – administração dos sistema públicos de educação básica -. Belo Horizonte:Autêntica, 1999.
- BURKE, Peter. *Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro*. In: a Escrita da História. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- CANÇADO, J.M. Boaventura. *Entrevista com Boaventura SOUSA SANTOS*. São Paulo: Revista Teoria e Debate, jul-ago/2001, p.26-33.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A necessidade de representação*. São Paulo: Folha de SP, Caderno Mais, 27.01.2002, p.12-13.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.
- COELHO, Franklin. *Economia solidária – ampliando o debate*. São Paulo: Revista Teoria e debate, jul-ago/2001, p.34-38.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e terra,1999.
- FARAH, P.E. *Mundo fracassa contra a fome*. Reportagem da Folha de SP. São Paulo: 09.06.2002, p. A 23.
- FENELON, Dea. *Trabalho e História Social: história de classe ou história do povo?* São Paulo: PUC-SP, s/d. (mimeografado).

- HOBBSAWN, Eric. *A epidemia da guerra*. São Paulo: Caderno Mais, Folha de SP, p. 6-10, 14.04.200.
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KHOURY, Yara. *Testemunho e imagens nas perspectivas de investigação de movimentos sociais*. São Paulo: PUC-SP, 1990. (mimeografado).
- LEITE LOPES, José Sérgio. *Anotações em torno do tema "condições de vida" na literatura sobre a classe operária*. In: Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987.
- MACHADO, C.E. *O Brasil segundo Milton Santos. Entrevista com Milton SANTOS*. São Paulo: Folha de SP, 02.02.2001, p. E1.
- MAZOWER, Mark. *O continente sombrio. A Europa do século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- PAQUÉ, Karl-Heinz. *A reestruturação econômica mundial e suas conseqüências*. In: O trabalho em extinção ? Traduções, no. 10, 1996. Edição Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, São Paulo.
- RAINHO, J.M. *Como se não bastasse. Entrevista com Márcio Pochmann*. São Paulo: Revista Educação, março de 2002, p.7
- SADER, Emir. *Um capitalismo parasitário*. São Paulo: maio de 2000. (mimeografado)
- SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. In: Revista brasileira de história, volume 9, no. 14, p.219-243. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Set-89/ Fev-90.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *O novo espectro*. São Paulo: Folha de SP, Opinião, 05.05.2002.
- SINGER, Paul. *O que fazer com o déficit público?* In: Jornal do Economista, 2ª. região, São Paulo, no. 156, fevereiro de 2002.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro:Zahar, 1981.